



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A7 GERAL
Data: 24/11/2012



■ No maior hospital público de Sergipe, o João Alves, faltam medicamentos e materiais hospitalares



■ Declaração foi feita durante uma coletiva de imprensa que aconteceu na Sede do Conselho Regional de Medicina de Sergipe

Sindimed/SE quer intervenção para a saúde

Sindicato dos Médicos de Sergipe irá pedir o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público Estadual

Fabio Brito

O presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe (Sindimed), João Augusto Alves, expôs na manhã de ontem, 23, que irá pedir o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público Estadual (MPE), para que seja feita uma intervenção Federal na Rede de Saúde do Estado de Sergipe. A declaração foi feita durante uma coletiva de imprensa que aconteceu na Sede do Conselho Regional de Medicina de Sergipe (Cremese), que visa esclarecer à sociedade o pedido equivocado de Intervenção Ética à entidade, feita pelos gestores administrativos do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF).

Estavam presentes na ocasião, além do presidente do Sindimed e do presidente do Cremese, Júlio Seabra, vários outros representantes de entidades ligadas à saúde. Esta semana a Juíza da 3ª Vara Cível, Simone de Oliveira Fraga, acatou o pedido do Ministério Público Estadual (MPE), através de uma Ação Civil

Pública (ACP) movida no início do mês de novembro, que visa restituir a gestão administrativa do HGJAF e da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL) para a Secretaria de Estado da Saúde (SES), no prazo de 30 dias, com multa diária de R\$ 5 mil, que deverão ser pagas pelo Secretário de Estado da Saúde, Sílvio Santos, caso a determinação não seja cumprida.

De acordo com presidente do Sindimed, a Intervenção Federal se faz necessária porque, apesar de haver um controle maior a respeito da legislação com a volta da SES na direção dessas unidades, os problemas na saúde continuaram praticamente os mesmos. "Queremos que seja pedido a intervenção Federal, pois serão colocados atores neutros, já que quem nomeia a Fundação é o Estado, através do Secretário Sílvio Santos, então não vai mudar nada, vai sair de seis para mealdúzia", afirmou.

O médico declarou que, apesar das mazelas serem observadas somente no HGJAF, o problema não está principalmente naquela unidade, mas sim no resto da Rede de Saúde do Estado. "Queremos também a intervenção global. Administrativa, judicial e se necessária a profissio-

SEGUNDO O PRESIDENTE DO SINDIMED, A INTERVENÇÃO FEDERAL SE FAZ NECESSÁRIA EM VIRTUDE DO CAOS

nal. Essas intervenções são necessárias para que possamos ter a Rede Hospitalar funcionando. É necessário intervir sobre o órgão administrativo porque o governo não teve tal competência de abrir os outros Hospitais que já existiam. Temos o Hospital de Lagarto, Itabaiana, N.S. do Socorro, Propriá, Estância, e muitos outros que estão sem funcionar", afirmou.

Ele questionou porque não há intervenções nos Hospitais do Interior, já que eles não funcionam de forma alguma. "O HGJAF não é o problema da Rede, e sim aquilo que acontece extra HGJAF. Alguém conhece o superintendente do Hospital de Estância, o qual não funciona, e esta pessoa não é responsabilizada por isso? Alguém conhece o superintendente do Hospital de Lagarto que também está nas mesmas condi-

ções? Todos eles recebem as suas devidas gratificações e salários para estarem em Hospitais que não funcionam. O HGJAF, o Hospital de Lagarto e o de Estância são de complexidades iguais, e são equipados para isso, e o governo não coloca para funcionar. Se funcionassem eles desafogariam o HGJAF", declarou o Sindicalista.

Sobre o pedido de Intervenção Ética, João Augusto expôs que o único objetivo do governo é de eximir da culpa, jogando a responsabilidade do caos na saúde, em cima do profissional médico. "O que o governo quer mostrar para a sociedade é a ideia deturpada que problemas de condições de trabalho existem, mas a culpa maior é da conduta do profissional médico, o que todos sabemos que não é verdade. É muito fácil transferir a culpa assim, mas não iremos aceitar. Iremos refutar, de toda forma possível, e não deixar o governo transferir a responsabilidade para o médico, pois ele não acionou o Conselho de Enfermagem ou de outras entidades profissionais. O próprio governador agora, mesmo doente, voltou para dizer que o problema da saúde no Estado é a conduta do médico", revelou.

• Pedido equivocado

Segundo o presidente do Cremese, Júlio Seabra, o pedido dos gestores administrativo para a intervenção ética foi inusitado e único na história da medicina no país. Principalmente porque quem deve pedir uma intervenção ética é o diretor clínico do Hospital, que faz parte diretamente do Cremese, e não os diretores administrativos.

"Foi algo inédito na medicina Brasileira, pois esta é a primeira vez que algum gestor emite documentalmente sua incapacidade gerencial, ou seja, foi pedido no documento, que foi passado ao Ministério Público e para todas as entidades presentes, intervenção ética. Isso é um fato inédito porque a palavra 'intervenção' é o termo legal que autoriza a evitar uma grave perturbação: o encaminhamento correto desse documento nunca é da direção técnica, e sim da direção clínica, porque a função do Conselho não é de fazer licitação, não é comprar esparadrapo ou Dipirona, o nosso trabalho é fiscalizar o exercício médico. Este documento deveria partir do Dr. Marcos Krueger, após ter ouvido todo o corpo clínico em Assembleia e Conselheiros do CRM. Só que quem pediu foi o diretor administrativo técnico, que

mostrou a sua impossibilidade de gerenciar o que tem nas mãos", afirmou Seabra.

Ele expôs que foi oficiada a seguinte resposta a gestão administrativa do HGJAF para o pedido de intervenção: "Oficia-se a direção Clínica do HGJAF, com o teor do documento protocolado hoje no Cremese, para que seja convocada uma assembleia com o corpo clínico deste Hospital, com a presença de representantes do Cremese, para que se posicione em relação do que é pleiteado. A intervenção ética deve ser feita pelo diretor clínico, e não pelo administrativo".

O diretor Clínico do Hospital, Marcos Krueger, declarou que não há motivos para se pedir a assistência médica do HGJAF, é verificado que o nível de absenteísmo é muito baixo. É visto que mesmo com as condições precárias de trabalho, todos os trabalhadores do Hospital estão cumprindo suas devidas obrigações", ressaltou o médico.